



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 308/12

Declara de Utilidade Pública o  
Centro de Apoio e Integração Social  
Bem Viver, com sede e foro no  
Município de Umuarama.

**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Apoio e Integração Social Bem Viver, com sede e foro no Município de Umuarama.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 2012.

ALEXANDRE CURTI  
Deputado Estadual

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 460/12

Dispõe sobre a estadualização da Estrada Municipal que liga a sede do Município de Coronel Domingos Soares à PR-449.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a Estrada Municipal que liga a sede do Município de Coronel Domingos Soares à PR-449, passando pela ponte sobre o Rio Chopim, com extensão total de 27,3 km, sendo 8,76 km pavimentados e 18,54 km não pavimentados.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
Deputado Estadual

  
RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 462/12

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Centro de Convivência Arte & Vida – CECAV, do imóvel que especifica.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Centro de Convivência Arte & Vida – CECAV, do imóvel constituído pelas datas de terras nºs 13 a 16, da quadra nº 25, com área de 2.538,84 m², descrito na transcrição sob nº 5.801 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Araçongas.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento do Centro de Convivência Arte & Vida – CECAV, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
Deputado Estadual

  
RELATOR







**GABINETE DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI**

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 05 OUT. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 738/11

Súmula: DETERMINA A  
OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO  
DE ANTEPARO DE VIDRO ACIMA DOS  
BALCÕES DE "BUFFETS" EM  
RESTAURANTES.

Art. 1º - Os restaurantes e demais estabelecimentos comerciais que preparam e/ou servem refeições na forma de "Buffet", onde o cliente serve seu próprio prato, ficam obrigados a instalar anteparos de vidro acima dos balcões onde os alimentos ficam dispostos.

Parágrafo único - O anteparo a que se refere este artigo não poderá estar em altura superior a 50 (cinquenta) centímetros, e deverá ter largura suficiente a cobrir todos os pratos e alimentos dispostos no balcão.

Art. 2º - Os estabelecimentos previstos no artigo 1º terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem às normas aqui previstas.

Art. 3º - O descumprimento desta Lei acarretará a aplicação de multa equivalente a 5 (cinco) salários mínimos regionais, podendo esta ser aplicada em dobro em caso de reincidência levando à suspensão das atividades do estabelecimento e até mesmo à cassação da licença para funcionamento.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de outubro de 2011.

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI - PV





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**JUSTIFICATIVA:** É cediço que os alimentos dispostos em balcões nos restaurante onde o cliente se serve, ficam diretamente expostos a todos os tipos de bactérias, inclusive bactérias lançadas pelos próprios clientes através da fala e trato próximo aos alimentos.

O anteparo de vidro acima dos balcões é essencial para que os alimentos sejam minimamente expostos ao grande trânsito de pessoas falando, respirando e até mesmo expelindo saliva próximo aos locais onde estão expostos.

Contudo há vários restaurantes em diversas cidades do Estado do Paraná que não possuem qualquer tipo de proteção acima dos balcões onde os alimentos estão dispostos, deixando os alimentos totalmente vulneráveis à ação dos microorganismos.

Desta forma o presente projeto, visa garantir que os alimentos ofertados aos consumidores sejam minimamente expostos às bactérias.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 798/11**

**Projeto de Lei nº 798/11**  
**Autor: Deputado Roberto Aciolli**

**Súmula:** Determina a obrigatoriedade da instalação de anteparo de vidro acima dos balcões de "buffets" em restaurantes.

**EMENTA:** OBRIGA OS RESTAURANTES E DEMAIS ESTABELECIMENTOS QUE PREPARAM E/OU SERVEM ALIMENTOS a INSTALAREM ANTEPARO DE VIDRO NOS BALCÕES DE "BUFFETS". ART. 24, V E VII, CF. PROTEÇÃO À SAÚDE. ART. 6º, I DO CDC. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Roberto Aciolli, visa determinar que os restaurantes e demais estabelecimentos comerciais que preparam e/ou servem refeições na forma de "buffets", nos quais o próprio cliente serve seu próprio prato, fiquem obrigados a instalar anteparo de vidro acima dos balcões onde os alimentos permaneçam dispostos.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

D. L.  
Fls. 19  
C

DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do REGIMENTO INTERNO desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)**

Corrobora deste entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, conforme adiante transcrito:



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê no artigo 24, incisos V e XII, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

(...)  
V - produção e consumo;  
(...)

**XII - previdência social, proteção e defesa da saúde. (grifo nosso)**

No mesmo sentido, determina a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, conforme artigo 13, incisos V e XII:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:**

(...)  
V - produção e consumo;



(-)

**XII - previdência social, proteção e defesa da**  
**saúde:** (grito nosso)

Da análise do projeto em tela, nota-se que o objeto da lei é tornar obrigatória a instalação de anteparo de vidro nos "buffets" dos estabelecimentos que servem alimentos.

Conforme justificativa do autor, os alimentos dispostos em balcões nos restaurantes onde o cliente se serve, ficam diretamente expostos a todos os tipos de bactérias, inclusive aquelas expelidas pelo próprio cliente através da fala e trato próximo aos alimentos. Diante disso, o anteparo de vidro acima dos alimentos é essencial para que os mesmos sejam minimamente expostos.

Dessa forma, vislumbra-se do presente projeto que o objetivo diz respeito à proteção à saúde dos consumidores.

Neste sentido, verifica-se a previsão do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, artigo 6º, inciso I, adiante transcrito:

**Art. 6º São direitos básicos do consumidor:**

**I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

D. L.  
Fls. 22  
C

Assim, denota-se que a matéria é de natureza legislativa e, quanto à iniciativa, de competência concorrente conforme disposto na Constituição do Estado do Paraná.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

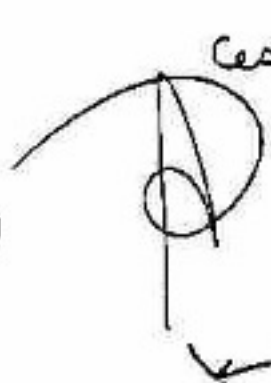
Sala das Comissões, 28 de março de 2011.

  
Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

  
Deputado NEREU MOURA

Relator

  
Cesar S. Filho





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI 798/11

Projeto de Lei nº. 798/11

Autor: Dep. ROBERTO ACIOLLI.

SÚMULA: DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE ANTEPARO DE VIDRO ACIMA DOS BALCÕES DE "BUFFETS" EM RESTAURANTE.

FUNDAMENTAÇÃO


O anteparo de vidro acima dos balcões evita contaminação e a exposição de germes e bactérias no alimento exposto para consumo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua LEGALIDADE.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2012.

  
Deputado ANDRÉ BUENO  
Presidente

  
Deputado DÚLIO GENARI.  
Relator





*ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 798/2011**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Roberto Aciolli, determina a obrigatoriedade de instalação de anteparo de vidro acima dos balcões de *Buffets* em restaurantes.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

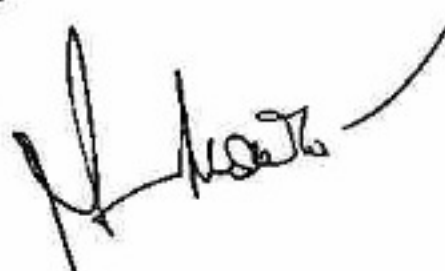
Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo colocar o anteparo de vidro acima dos balcões é essencial para que os alimentos sejam, minimamente expostos ao grande trânsito de pessoas falando, respirando e até mesmo expelindo saliva próximo aos locais onde estão expostos.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em

  
**DIO BATISTA**  
Presidente

  
**Relator**





# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR



### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 798/2011

**SÚMULA:** Determina a obrigatoriedade de instalação de anteparo de vidro acima dos balcões de "buffets" em restaurantes.

**AUTOR:** Deputado Roberto Accioli

**TRAMITAÇÃO:** O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Comissão de Saúde Pública.

#### **ANÁLISE E PARECER:**

Pretende o autor do Projeto de Lei em análise proporcionar melhores condições de higiene aos usuários de "buffets", com a obrigatoriedade de colocação de anteparos de vidro acima dos balcões onde são servidos os alimentos.

É direito do consumidor receber o produto "alimentação" em perfeitas condições de higiene já que isso é indispensável. A colocação de um anteparo de vidro sobre o balcão em que os alimentos são servidos em "buffets" deixa os produtos à mostra (já que são de vidro) e impede que agentes contaminadores como saliva, suor, cabelos e outros caiam sobre os alimentos no momento do trânsito dos consumidores ao seu redor quando estão servindo seus pratos, causando contaminação por microorganismos e bactérias.

Nesse sentido, o legislador está buscando, com a nova norma, assegurar um direito básico do cidadão como consumidor.



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Diante do exposto, emitimos PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n. 798/2011.

Sala das Comissões, em 04 de 07 de 2012.

Deputado PARANHOS

Presidente

Dep. ROSE LITRO

Relatora

*[Handwritten signatures and marks]*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Emenda de Plenário nº	01
DAP	11 SET 2012
Visto	<i>[Assinatura]</i>

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 798/11

Autoria: Deputado Roberto Aclioili

PROJ. Lei nº 798/11

DL

Fls. 34

No uso de suas atribuições regimentais e conforme dispõe o art. 137, § 4º do Regimento Interno desta Casa, apresentamos a presente emenda modificativa que visa alterar a redação da súmula e do art. 1º do Projeto de Lei 798/11.

Art. 1º. A súmula do Projeto de Lei nº 798/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Súmula: Determina a obrigatoriedade de instalação de anteparo de vidro ou material similar, acima dos balcões de "buffets" em restaurantes."

Art. 2º. O art. 1º do Projeto de Lei nº 798/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Os restaurantes e demais estabelecimentos comerciais que preparam e/ou servem refeições na forma de "buffet", onde o cliente serve seu próprio prato, ficam obrigados a instalar anteparos de vidro ou proteção similar que garanta segurança e higiene aos clientes, acima dos balcões onde os alimentos ficam dispostos."

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2012.

Deputado Estadual

SCARLETTA

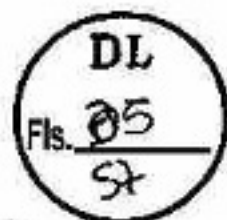
JUSTIFICATIVA:

A emenda apresentada pretende flexibilizar a obrigatoriedade de anteparo de proteção que visa a higiene e a segurança dos clientes no serviço de buffets "self service" no Estado do Paraná.

RECEBI DO DEPUTADO ROBERTO ACLIOILI EM 11/09/2012 ÀS 14:02 HORAS



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

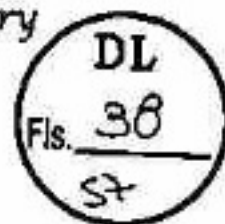


A obrigatoriedade de somente anteparo de vidro conforme a proposta original poderia elevar em demasia os custos de sua instalação, em especial aos pequenos estabelecimentos e refeitórios de pequenas empresas do Estado. Como é sabido, hoje o avanço tecnológico proporciona que fibras de vidro, moldes de acrílico e outros materiais semelhantes ofereçam as mesmas vantagens do vidro, por muitas vezes a um custo mais reduzido.

Pelo exposto é que pedimos o apoio e aprovação da presente emenda modificativa ao Projeto de Lei 798/11.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 798/11

Projeto de Lei nº 798/11

Autor da emenda: Deputado Fernando  
Scanavacca

PREFÁCIO

O Projeto de Lei 798/2011, visa obrigar restaurantes e demais estabelecimentos comerciais que servem comida na forma "Buffet" a instalarem anteparos de vidro acima dos balcões onde os alimentos ficam expostos.

A presente emenda de plenário ao Projeto de Lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavacca, objetiva incluir na súmula e no art. 1º do projeto de Lei a possibilidade de que o anteparo possa ser de "material similar" ao vidro.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Primeiramente, cumpre verificar se a apresentação da presente Emenda encontra respaldo no Regimento Interno:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

DL  
Fls. 39  
57

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Da Emenda Modificativa apresentada pelo Deputado infere-se que foi apoiada por cinco Deputados, conforme se verifica às fls. 34 do presente PL.

Assim, encontra-se coerente ao procedimento preconizado no Regimento Interno para sua procedibilidade.

Referida emenda, altera em seu art. 1º a Súmula do Projeto de Lei e, em seu art. 2º, altera o art. 1º do Projeto de Lei.

Tais alterações visam incluir a possibilidade de que o "anteparo de vidro" para proteção e higiene dos alimentos dispostos em "buffet" possam também ser de "material similar ao vidro.

Desta forma verifica-se que a presente Emenda Modificativa está de acordo ao projeto de lei apresentado, não descaracterizando sua essência e abrindo um leque de possibilidade ao empresário do ramo da alimentação quando for se adequar à lei, caso aprovada em Plenário e sancionada pelo Governador, eis que poderá optar por colocar anteparo de vidro ou de material similar.

Conforme justificativa da Emenda Modificativa: "o avanço tecnológico proporciona que fibras de vidro, moldes de acrílico e outros materiais semelhantes ofereçam as mesmas vantagens do vidro, por muitas vezes a um custo mais reduzido."

Destarte, a Emenda está apta a prosperar nesta Comissão de Constituição e Justiça, sendo plenamente viável juridicamente e estando adaptada ao Regimento Interno.

Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.






*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

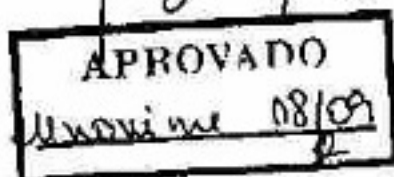
DL  
Fls. 40  
57

CONCLUSÃO

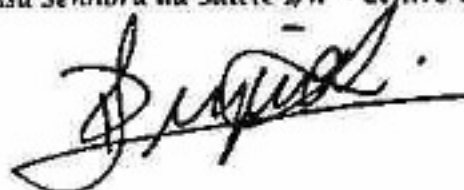
Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO da Emenda de Plenário Modificativa ao Projeto de Lei 798/11, por estar de acordo com as disposições regimentais e não ferir a constitucionalidade, legalidade, tampouco o disposto na Lei Complementar 95/98.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR  
RELATOR

  
APROVADO  
Unanimemente 08/09

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Evandro Junior



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.  
Em, 24 OUT. 2011  
*Mac*  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 835/11

**Ementa:** Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil no Estado do Paraná deverão realizar inserções no decorrer dos espetáculos, em locais de circulação do local do evento, assim como nos respectivos ingressos, mensagens educativas sobre o malefício das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

**Art. 2º** - Nos ingressos as mensagens deverão ser impressas. Durante os eventos, deverão constar em painéis, ou, alternativamente, faixas, cartazes, meios áudio-visuais.


**Art. 3º** - A inobservância desta Lei sujeitará os infratores à multa de 100 UPFs Paraná

**Art. 4º** - Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias dos atos a que se refere o artigo 2º e incisos desta lei.

**Art. 5º** - Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir sua fiel execução.

**Art. 6º** - Esta lei entrará em vigor decorridos 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2011.

  
Evandro Junior  
Deputado Estadual

14:33 24/10/2011 8007189 DP ASSUNTO: LEGISLAÇÃO DE PRON



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Evandro Junior*



JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem foco na Juventude.

Os shows culturais e esportivos voltados para a população infanto juvenil constituem excelente instrumento de divulgação para mensagens educativas de orientação e informação sobre o uso, tráfico de drogas ilícitas.

Segundo a ONU – Organização das Nações Unidas – todos os anos, cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em consequência do abuso dessas substâncias.

A sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, pois é um problema que há muito assola nossos jovens. O Artigo 205 da Constituição Federal estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e que deve ser promovida e incentivada com a "colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa". Portanto, estabelecer a colaboração dos promotores de eventos destinados à população infanto juvenil neste Projeto de Lei é fazer a sociedade agir e pronunciar-se.

De outro lado, de nada adianta fixar esta obrigação em lei se nada se fará em caso de inobservância, razão pela qual este Projeto estabelece uma penalidade em caso de descumprimento da Lei. É até desmoralizante para o Parlamento aprovar uma lei sem efeitos práticos, permanecendo apenas no discurso das boas intenções.

Submeto, pois, a matéria à consideração dos meus nobres pares na confiança de que estaremos avançando mais um passo na proteção das crianças e adolescentes, como preconiza a Carta Magna no art.

227, colocando-os "a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão", e, no caso presente, das drogas.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 835/2011**

Projeto de Lei nº 835/2011

Autor: Deputado Evandro Junior

**Súmula:** Estabelece Mensagens Educativas sobre o uso de Drogas em Shows Culturais e Esportivo voltados para o público Infanto-Juvenil e respectivos Ingressos.

**EMENTA:** ESTABELECE MENSAGENS EDUCATIVAS SOBRE O USO DE DROGAS EM SHOWS CULTURAIS E ESPORTIVO VOLTADOS PARA O PÚBLICO INFANTO-JUVENIL E RESPECTIVOS INGRESSOS. IMPOSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Evandro Junior estabelece que mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivo voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos onde deverão ser realizadas várias inserções no decorrer dos espetáculos sobre o assunto.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

---

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 45 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece a competência legislativa concorrente a respeito da educação, senão vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

(grifo nosso).





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

**DEPUTADO NELSON LUSTUS**

*Presidente*

**DEPUTADO CESAR SILVESTRI-FILHO**

*Relator*

PARECER DA COMISSÃO DE CULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 835/2011

**SÚMULA:** *Estabelece mensagens educativas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.*

**I – SÍNTESE**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Evandro Júnior, com o fim de determinar que os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil realizem inserções no decorrer dos espetáculos, em locais de circulação do evento.

A Comissão de Constituição e Justiça, seguindo parecer emitido pelo seu Relator, Deputado Cezar Silvestri Filho, aprovou o presente Projeto de Lei, motivo pelo qual ocorreu o seu envio a esta Comissão de Cultura, para análise da questão.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Pois bem, segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise

gf 1. R



de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre a inserção mensagens educativas para a população jovem, com alertas acerca dos malefícios que as drogas podem acarretar.

Por isso, considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado. Vale destacar que essa proposta soma esforços à Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo Deputado Professor Lemos, que estabelece que o Estado deverá conferir maior atenção aos Jovens, estrato de nossa população que, atualmente, encontra-se desassistida.

Não é novidade alguma que as drogas são um problema gravíssimo em nossa sociedade. Recentemente, o Governo Federal lançou um plano específico de combate ao crack, em virtude dos índices epidemiológicos que esta droga tem afetado nossos cidadãos, sobretudo os jovens, estrato social mais vulnerável.

Na esteira desses argumentos, reforçar as ações educativas de combate às drogas justamente nas camadas mais vulneráveis é algo de extrema importância, merecendo aprovação.


Portanto, para além de adequado constitucionalmente, o presente projeto colabora na atenção de nossos jovens, futuro de nosso Estado e País.

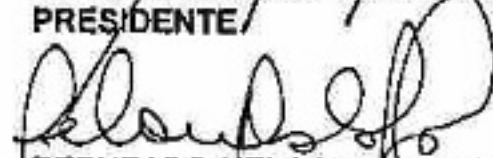
*[Handwritten signatures and initials]*

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pela aprovação deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.

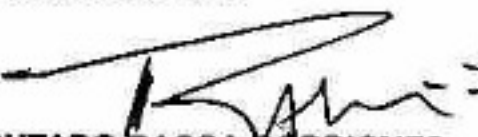
Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2012.

  
DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO  
PRESIDENTE

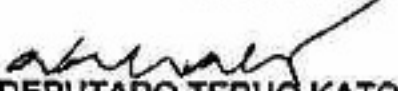
  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADA MARLA TURECK  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
RELATOR

  
DEPUTADO CARLO QUINTANA  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ESPORTES



## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 835/2011

O Projeto de Lei n.º 835/2011, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior tem o intuito de determinar que os promotores de shows, eventos culturais e esportivos voltados ao público infanto-juvenil realizem inserções no decorrer dos espetáculos com mensagens educativas sobre o uso de drogas.

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Cultura, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer, o qual apresenta nos termos do Art. 42, parágrafo único, do Regimento Interno Desta.

### ANÁLISE DO MÉRITO

O projeto em questão visa utilizar os eventos onde há presença maciça do público jovem para divulgação de mensagens educativas de orientação e informação sobre o uso de psicotrópicos.

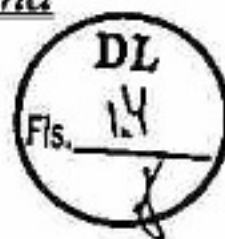
É responsabilidade de toda sociedade lutar contra o uso de drogas, uma vez que é um problema que está destruindo muitas famílias paranaenses e que tem se tomado cada vez mais urgentes.



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ESPORTES



## CONCLUSÃO

Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de março de 2012.

Deputado Ney Leprevost

Presidente

Deputado Ney Leprevost

Relator

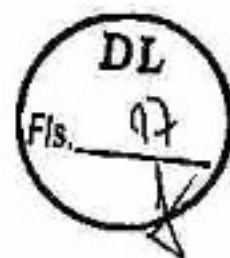
Leprevost

Panhama

Panhama



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Saúde



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 835/2011

**SÚMULA :Projeto de Lei nº835/2011**  
Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei tem como finalidade estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos, voltado para público infanto-juvenil e onde deverão ser realizadas várias inserções no decorrer do evento.

**FUNDAMENTAÇÃO**

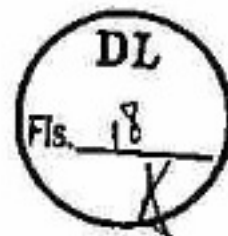
Inicialmente convém ressaltar que a iniciativa proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça, e a Comissão de Cultura, que após as suas análises constitucionais e regimentais exararão parecer favorável à matéria em questão.

No que compete à vistoria desta Comissão de Saúde, observamos que a matéria encontra-se justificada, a sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, e este projeto torna-se mais um instrumento de divulgação contra o uso e o tráfico de drogas ilícitas.

Como enfatiza o projeto, segundo a ONU – Organização das Nações Unidas – todos os anos, cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em conseqüências do abuso destas substâncias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Saúde



**CONCLUSÃO**

Diante do acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2011

DEPUTADO DR BATISTA  
PRESIDENTE

DEPUTADO NELSON LUERSEN  
RELATOR





**PARECER AO PROJETO DE LEI 835/2011**

Projeto de Lei nº.: 835/2011

Autores: Deputados Evandro Junior

**Súmula:** Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

**EMENTA:** ANÁLISE DE MÉRITO POR PARTE DA COMISSÃO DA JUVENTUDE. PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, CULTURA, ESPORTES E SAÚDE PÚBLICA. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, apresentado pelo Deputado Evandro Junior visa estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em show culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos Ingressos.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Juventude, em consonância ao disposto no artigo 33-Y do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o mérito do projeto apresentado e aqui analisado. Vejamos:

Art. 33-Y. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude:  
I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para a juventude;  
II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados à juventude; e  
III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos da juventude.

**DO MÉRITO**

É sabido que o consumo de drogas por crianças e jovens brasileiros em geral tem aumentado substancialmente nos últimos anos, apesar dos inúmeros esforços do Poder Público em geral.





A justificativa do presente traz a informação estereotípica que a Organização das Nações Unidas - ONU divulgou: anualmente cerca de 210 mil pessoas fazem uso de alguma droga ilícita anualmente, levando a óbito 200 mil em decorrência do consumo excessivo dessas mesmas drogas.

Ora, é necessário e urgente que o Poder Público se esforce cada vez mais para, senão cessar, que ao menos diminua o índice de jovens entregues às drogas.


Com base em dados tão alarmantes como os apresentados acima, todos os esforços por parte do Poder Público deverão ser elaborados, objetivando que mais jovens não se tomem reféns das drogas e traficantes consequentemente.


Portanto, por ser meritório e de imensurável relevância social, opina-se pela aprovação do presente projeto.

#### CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei

Sala das Comissões, 18 de Junho de 2012

  
EVANDRO JUNIOR  
Presidente

  
CESAR SILVESTRI FILHO  
Relator



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Anibal Khury**  
**Gabinete Deputado Evandro Junior**



**SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 835/11**

Emenda do Plenário nº	01
DAP	22 AGO 2012
Visto	

**Súmula:** Obriga a inserção de mensagens educativas sobre uso de drogas nos ingressos de shows culturais e esportivos voltados para o público infantojuvenil e nos locais dos eventos.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Os promotores de shows e de entretenimentos culturais e esportivos voltados para o público infantojuvenil no Estado do Paraná deverão fazer constar nos ingressos e nos locais da realização do evento mensagens educativas sobre os malefícios das drogas e informações sobre as penalidades aplicáveis aos traficantes e usuários.

**Parágrafo único.** As mensagens constantes no caput deverão estar expostas, durante a realização dos eventos, em painéis, faixas, cartazes ou meios áudio-visuais, bem como ser impressas nos respectivos ingressos.

**Art. 2º** - As mensagens descritas no art. 1º desta Lei, constantes no local da realização do evento, deverão ser afixadas em locais de fácil visibilidade obedecendo às seguintes determinações:

- I - os cartazes deverão ter dimensões mínimas de 40 cm [quarenta centímetros] de comprimento por 30 cm [trinta centímetros] de largura;
- II - os recintos com área superior a 50 m² [cinquenta metros quadrados] deverão conter os avisos na proporção de 1 (um) para cada 50 m² [cinquenta metros quadrados];

**Art. 3º** - Nos locais do evento bem como seus respectivos ingressos deverá conter uma mensagem educativa juntamente com a penalidade aplicada aos traficantes e usuários de drogas, ficando o critério dos responsáveis pelo entretenimento a sua criação.

**Art. 4º** - A inobservância desta lei sujeitará os infratores à multa de 35% [trinta e cinco por cento] do valor arrecadado com a venda dos ingressos. Quando de eventos gratuitos, a cada 1.000 [um mil]



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Gabinete Deputado Evandro Junior**

DL  
Fls. 25  
SLP


participantes deverá ser aplicada multa de 100 UPFs/PR (Unidade Fiscal do Estado do Paraná).


**Art. 5º** - Fica a critério do Poder Executivo estabelecer as normas para viabilizar as denúncias do descumprimento desta Lei.


**Art. 6º** - Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei para seu fiel cumprimento.


**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor decorridos 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

**Sala das Sessões, 22 de agosto de 2012.**

  
Evandro Junior  
Deputado Estadual

  
Adonir Vagner  
Adonir Bizar

  
NEY LEVEVO

  
Gilson Silva



**JUSTIFICATIVA**

Os shows culturais e esportivos voltados para a população infanto juvenil constituem excelente instrumento de divulgação para mensagens educativas de orientação e informação sobre o uso e tráfico de drogas ilícitas.

Segundo a ONU - Organização das Nações Unidas - todos os anos, cerca de 210 milhões de pessoas em todo o mundo usam drogas ilícitas. Em torno de 200 mil morrem em consequência do abuso dessas substâncias.

A sociedade tem a responsabilidade de lutar contra o uso de drogas, consoante dispõe o art. 205 da Constituição Federal:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

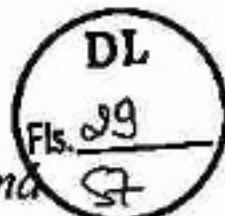
Portanto, incentivar a colaboração dos promotores de eventos destinados à população infantojuvenil é fazer a sociedade agir e pronunciar-se.

Ainda, fica estabelecida penalidade em caso de inobservância da Lei, a fim de torná-la efetiva e prática.

Submete-se, pois, a matéria à consideração dos nobres pares na confiança de que haverá um avanço na proteção das crianças e adolescentes, como preconiza a Carta Magna no art. 227, colocando-as a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 835/11**

Projeto de Lei nº 835/11

Autor da emenda: Deputado Evandro Junior

Súmula: Estabelece mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 835/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Evandro Junior objetiva estabelecer mensagens educativas sobre o uso de drogas em shows culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil e respectivos ingressos, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Cesar Silvestri Filho.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria Deputado Evandro Junior. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,**

**juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 31  
57

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apolada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

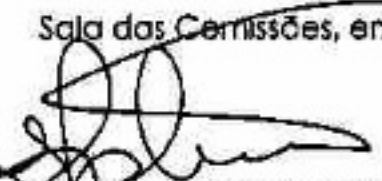
DL  
Fls. 32  
57

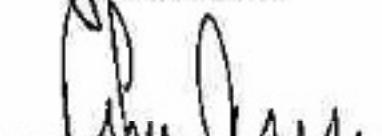
Por fim, quanto à técnica legislativa, Inexistem óbices  
ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

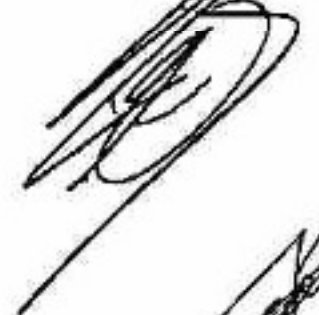

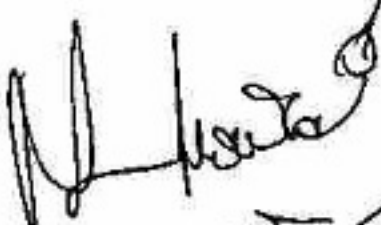

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da  
presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Deputado Evandro  
Junior, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de  
técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ALEXANDRE CURI  
RELATOR

  
  
  
  
**APROVADO**  
unanimemente 18/09.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion

PROJETO DE LEI Nº 157, DE 2012

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 ABR. 2012

1º Secretário

Súmula: Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paranaenses e de outras providências.

**Artigo 1º** - Toda cobrança de dívida, oriunda de relação de consumo nos termos do artigo 2º da Lei federal 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), deverá seguir os critérios da presente lei, no que tange a transparência dos valores cobrados bem como visando a não exposição do consumidor ao constrangimento e ou ameaça.

**Artigo 2º** - Os valores apresentados ao consumidor quando da cobrança da dívida, deverão ter clareza a o que efetivamente correspondem, destacando-se o valor originário bem como o de cada item adicional ao valor originário, sejam juros, multas, taxas, custas, honorários e outros, que somados, correspondem ao valor total cobrado do consumidor, nomeando-se cada item.

**Parágrafo único** - A apresentação ao consumidor da cobrança impressa, por meio eletrônico ou falada, deve atender aos requisitos do caput.

**Artigo 3º** - Toda cobrança de dívida oriunda de relação de consumo, quando feita por meio de ligação telefônica, deve ser gravada, identificando-se a data e hora do contato e colocada a disposição do consumidor caso seja solicitada.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion

D. L.

Fls.

3

§ 1º: Os mesmos meios de contato utilizados pelo cobrador e ou disponibilizados ao consumidor para o contato com o cobrador, devem também servir para a solicitação das gravações.

§ 2º: O consumidor deve ser informado em todos os contatos para cobrança, da obrigatoriedade da gravação das ligações e da disponibilidade do cobrador em fornecê-las quando por ele solicitado em até sete dias úteis.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2012

  
PEDRO LUPION  
Deputado Estadual.

Página 2 de 4



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion



## JUSTIFICATIVA

O aquecimento econômico que perdura a alguns anos em nosso país, devido à estabilização da economia e de nossa moeda, juros baixos, distribuição de renda, entre outros fatores, facilitaram o acesso aos mais diversos bens de consumo por grande parte da população brasileira.

Desde os consumíveis na alimentação, passando por eletrodomésticos, eletrônicos, veículos, moveis e até imóveis, tudo se tornou acessível a uma grande massa que até então não possuía tal capacidade de consumo. Maior consumo, todavia, sem a devida educação para um consumo consciente e dos limites para o consumo, geraram proporcionalmente ao aumento do consumo, aumento de inadimplência.

Os inadimplentes por qualquer que seja a razão, são cobrados e sobre suas dívidas se inserem juros multas, taxas e outros acessórios. Ainda recebem contatos por e-mail, telefone, cartas, informando sobre os valores atualizados para o pagamento de suas dívidas.

Este é o ponto de que trata nossa propositura. O consumidor que é cobrado, certamente já se encontra em uma condição que não gostaria de estar. Ai, por se encontrar neste ponto, quando lhe surge a possibilidade de solucionar a questão e pagar a obrigação, ele muitas vezes o faz sem sequer ter clareza do que efetivamente está pagando embutido no valor originário da obrigação.

Paga pra se livrar daquela cobrança, algumas vezes vexatória na aceção do termo, após incansáveis e apelativos contatos das empresas de cobrança, que lucram em cada cobrança bem sucedida.

Página 3 de 4





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion



O consumidor tem o dever de pagar, mas tem o direito de saber o que está efetivamente pagando. Tem ainda o direito de não ser cobrado de forma que lhe ofenda.

Na maioria dos casos onde ocorre cobrança, devido à falta de regras claras, o consumidor exposto a estas situações, ainda tem dificuldades para provar todas estas ilegalidades.

Com a propositura do presente projeto de Lei, buscamos regular esta seção da relação de consumo.

A exigência, portanto de se destacar em todas as cobranças, o valor principal e os acessórios, nomeando-se cada um deles, bem como a obrigatoriedade da gravação dos contatos para cobrança de dívidas, certamente irão proporcionar ao consumidor de nosso Estado, melhores condições de defesa ante cobranças indevidas e ou vexatórias.

Por fim cumpre esclarecer que o presente projeto de Lei é constitucional nos termos do artigo 13, inciso V<sup>1</sup> da Constituição do Estado do Paraná, uma vez que procura evitar danos ao consumidor com cobranças indevidas e/ou situações semelhantes.

Página 4 de 4

<sup>1</sup> Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

[...]

V - produção e consumo;





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 157/2012

Projeto de Lei nº 157/12

Autor: Deputado Pedro Lupion

**SÍNTESE:** Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paranaenses e de outras providências.

**EMENTA:** PRODUÇÃO E CONSUMO. TRANSPARÊNCIA PARA A COBRANÇA DE DÍVIDA. NÃO EXPOSIÇÃO DO CONSUMIDOR AO CONSTRANGIMENTO E OU AMEAÇA. ART. 24, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS, 6º, III, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DIREITO À AMPLA E ADEQUADA INFORMAÇÃO CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AUFERIDAS. APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, visa atribuir os critérios no que tange a transparência dos valores cobrados bem como visando a não exposição do consumidor ao constrangimento e ou ameaça.

Observa-se que houve, pelo autor, emenda supressiva fundamentada no Art. 137, § 1º do Regimento Interno desta Casa, com o

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



objetivo de retirar o Art. 3º em sua totalidade, ficando inalterados os demais dispositivos.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, Inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 28 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

*(grifo nosso)*

Sobre o assunto DE DIREITO DO CONSUMIDOR, a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

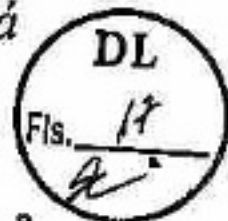
**(...)**

**V – produção e consumo:**

*(grifo nosso)*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Como não poderia ser de forma contrária, determina a  
**CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, conforme artigo 13, Inciso V:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União,**  
**legislar sobre:**

**(...)**

**V - produção e consumo;**

*(grifo nosso)*

Conforme dispõe o próprio art. 6º do Código de Defesa do  
Consumidor:

**Art. 6º São direitos básicos do consumidor:**

**(...)**

**III - a informação adequada e clara sobre os diferentes**  
**produtos e serviços, com especificação correta de**  
**quantidade, características, composição, qualidade e preço,**  
**bem como sobre os riscos que apresentem;**

*(grifo nosso)*

No caso em tela, vislumbra-se que o objetivo da pretensa Lei é,  
ante a cobrança de dívida, oriunda de relação de consumo, os valores serem  
apresentados com clareza ao que efetivamente correspondem, destacando-se o valor  
originário, bem como, o de cada item adicional, sejam juros, taxas, custas, honorários  
e outros, que somados correspondem ao valor total cobrado.

Da justificativa do nobre Deputado autor do Projeto (fls. 04)  
extraí-se que "os inadimplentes por qualquer que seja razão, são cobrados e  
sobre suas dívidas se inserem juros, multas, taxas e outros acessórios. Ainda  
recebem contatos por e-mail, telefone, cartas, informando sobre os valores



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



*atualizados para o pagamento de sus dívidas. Esta é o ponto de que trata nossa propositura."*

Assim, o presente projeto, ao estabelecer critérios para a transparência dos valores cobrados é constitucional e legal, eis que visa garantir a adequada informação para os consumidores.

Por fim, a técnica legislativa encontra-se perfeitamente ajustada ao disposto na Lei Complementar n° 95/98, não havendo óbices que impedem a tramitação do presente projeto.


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

  
NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
HERMAS JUNIOR

RELATOR



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Claiton Kleiss, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,  
Deputado Péricles de Hollenbach Netto e Deputada Rose Lito



## Comissão de Defesa do Consumidor

**Parecer ao Projeto de Lei no. 157/2012**

**Autor: Deputado Pedro Lupion**

**Sumula: Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paranaenses**

**Justificativa: Esclarecer ao consumidor detalhadamente todos os encargos que lhe são cobrados por dívidas de consumo**

**Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça**

### **Parecer:**

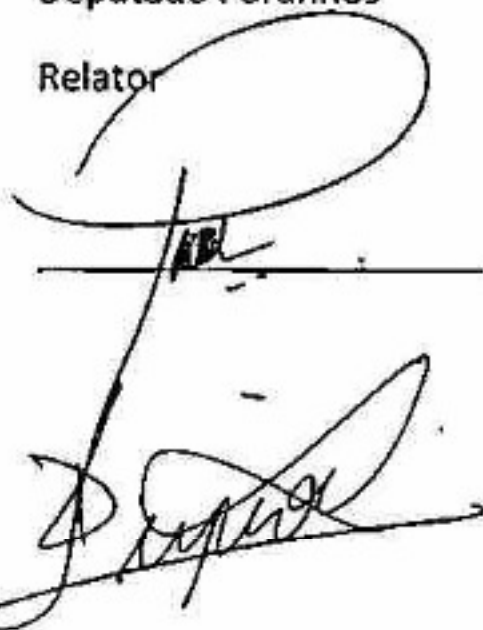
O Projeto de Lei apresentado não possui qualquer óbice frente à legislação consumerista, sendo de grande relevância para os fins propostos.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala de Reuniões, em 03 de 07 de 2012

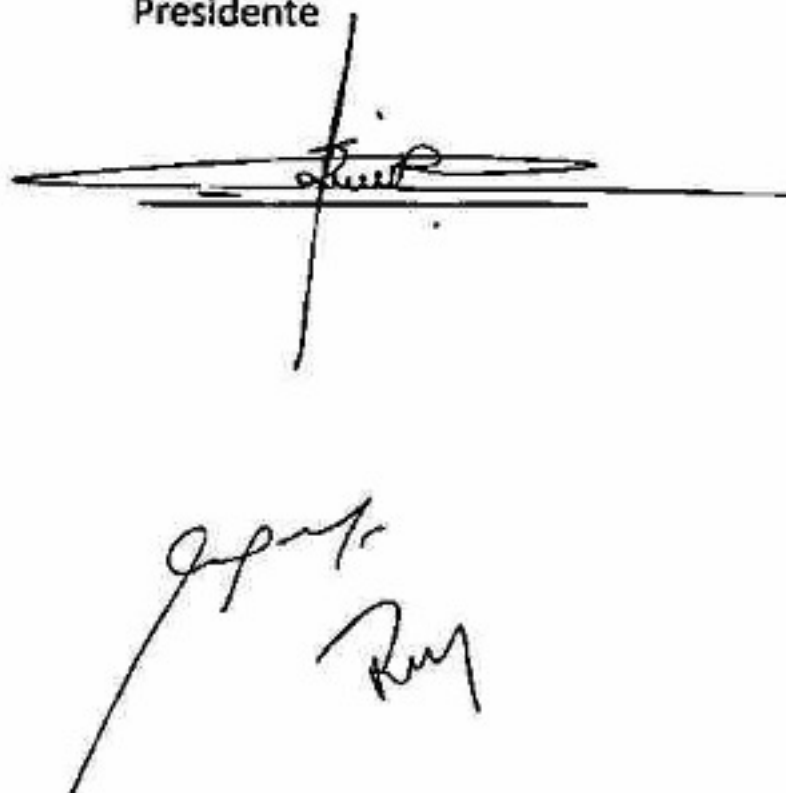
Deputado Paranhos

Relator

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.

Deputado Adelino Ribeiro

Presidente

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. Below the signature, there are two more lines of handwritten text, possibly initials or a date.





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO**



**PARECER PL Nº. 157/12**

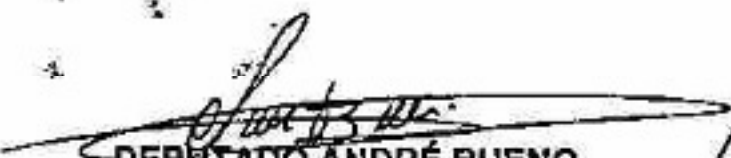
Autor: Dep. Pedro Lupion.  
Relator: Toninho Wandscheer.

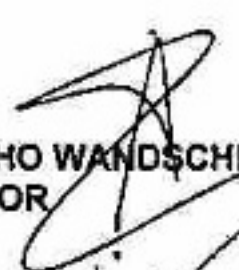
Súmula: Estabeleça critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paranaenses e da outras providências.

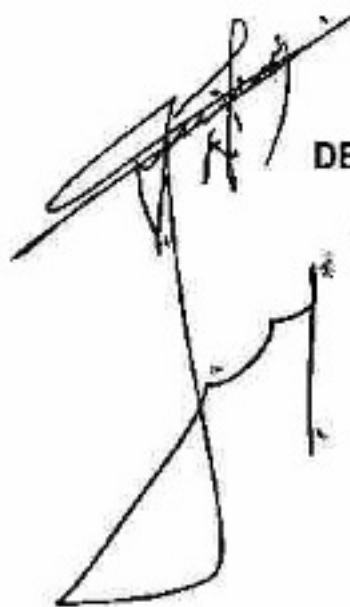
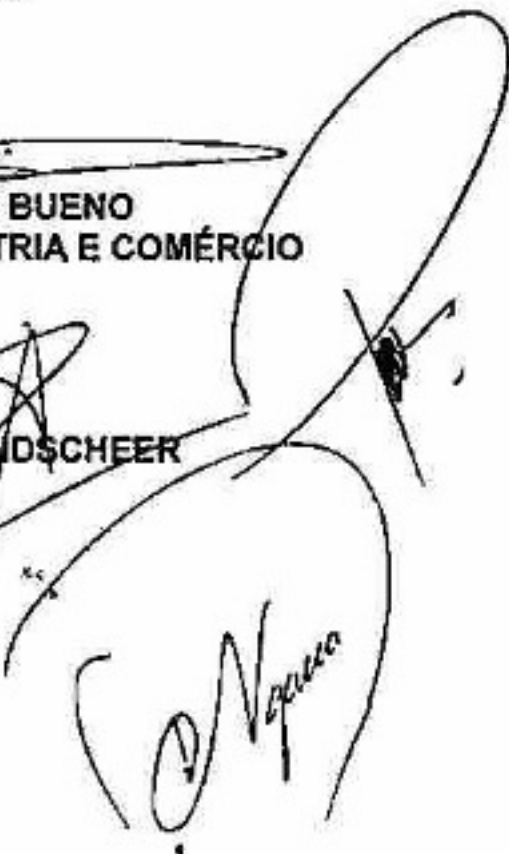
O presente projeto de Lei possui relevante interesse público evitando o uso excessivo e abusivo de cobrança de dívidas como ocorre atualmente.

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente projeto de Lei.

Curitiba, 20 de agosto de 2012.

  
**DEPUTADO ANDRÉ BUENO**  
**PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

  
**DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER**  
**RELATOR**



Estado do Paraná

**PODER LEGISLATIVO**  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
**GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION**



-1-

**EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N. 157/2012**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §1º do Regimento Interno desta Casa e com o objetivo de aprimorar o presente projeto de lei, fica alterada a sua redação conforme a presente emenda:

Emenda de Projeto nº 01
DAP 12 SET 2012
Visto <i>[assinatura]</i>

SÚMULA: SUPRIME O ARTIGO 3º DO PROJETO DE LEI Nº 157/2012.

Art. 1º. Resta suprimido o artigo 3º do Projeto de Lei nº 157/2012 em sua totalidade, ficando inalterados os demais dispositivos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2012.

*[assinatura]*  
**PEDRO LUPION** ①  
 Deputado Estadual

*[assinatura]*  
 Nelson Casson ⑤

*[assinatura]*  
 ③ Troiano

*[assinatura]*  
 ⑥ Adeline

*[assinatura]*  
 ⑥ Elis Ruch

*[assinatura]*  
 ② Suenara

1812 12/09/2012 005683 SP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-2-

## JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 137, §1º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, é possível apresentar emenda supressiva no sentido de aperfeiçoar e/ou aprimorar qualquer projeto de Lei.

Ainda cumpre mencionar que a apresentação da presente emenda é tempestiva considerando o teor do artigo 141, inciso I do Regimento Interno, o qual menciona que: *'As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades: I- ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados; [...]'*

No caso em análise se objetiva a supressão do artigo 3º do Projeto de Lei nº 157/2012, o qual prevê que toda e qualquer tipo de ligação de cunho de cobrança obrigatoriamente terá seu áudio gravado e posteriormente disponibilizado ao cliente, se assim o desejar.

Ocorre que analisando a realidade financeira de pequenos empresários e outros estabelecimentos comerciais, se verifica que se tornaria um ônus excessivo aos mesmos, podendo inclusive afetar financeiramente as pequenas empresas.

---

<sup>1</sup> 'Art 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. §1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra'



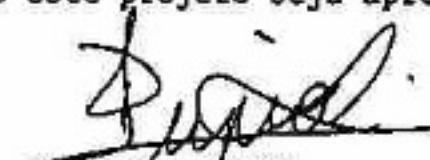
Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO  
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

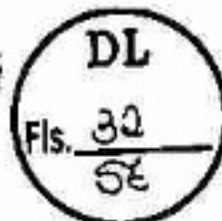
Portanto, solicitamos o apoio dos nobres pares desta  
Casa de Leis para que este projeto seja aprovado.

  
PEDRO LUPION

Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



PARECER À EMENDA SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO AO PROJETO DE LEI 157/2011

Projeto de Lei nº 157/11

Autor da emenda: Deputado Pedro Lupion

Súmula: Suprime o artigo 3º do Projeto de Lei nº 157/2012.

**EMENTA: EMENDA SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO, ARTS. 33-A, 137, §1º E 141, I TODOS DO REGIMENTO INTERNO. PROCEDIBILIDADE. ART. 11 LC 95/98. LEGALIDADE. ANÁLISE FAVORÁVEL APROVAÇÃO.**

PREÂMBULO

O Projeto de Lei 798/2011, de autoria do nobre Deputado Pedro Lupion, estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paranaenses e dá outras providências.

A presente emenda de plenário ao Projeto de Lei, de autoria do próprio autor do Projeto de Lei, objetiva suprimir o artigo 3º do Projeto de Lei nº 157/2012.

FUNDAMENTAÇÃO

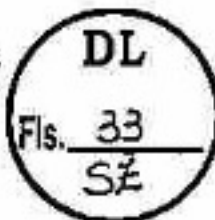
Primeiramente, cumpre verificar se a apresentação da presente Emenda encontra respaldo no Regimento Interno:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Da Emenda Supressiva apresentada pelo Deputado infere-se que foi apoiada por mais que cinco Deputados, conforme se verifica às fs. 27 do presente P%.

Assim, encontra-se coerente ao procedimento preconizado no Regimento Interno para sua procedibilidade.

Verificada seus requisitos regimentais, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça ainda a análise quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Supressiva, com a verificação da legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Referida emenda, exprime em seu art. 1º o art. 3º do Projeto de Lei.

Tal alteração afasta a necessidade de gravação de ligações telefônicas por cobrança de dívida oriunda de relação de consumo.

Conforme justificativa da Emenda Modificativa: *"analisando a realidade financeira de pequenos empresários e outros estabelecimentos comerciais, se verifica que tornaria um ônus excessivo aos mesmos, podendo inclusive afetar financeiramente as pequenas empresas."* (fs. 28).

Destarte, a Emenda está apta a prosperar nesta Comissão de Constituição e Justiça, sendo plenamente viável juridicamente e estando adaptada ao Regimento Interno.

Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



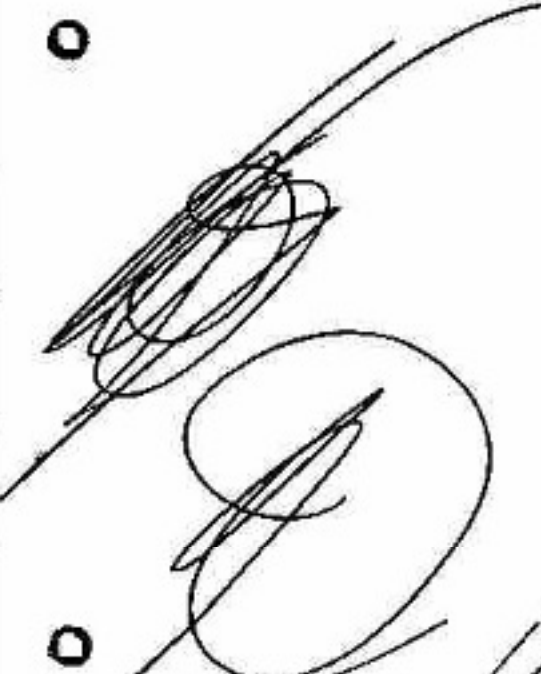


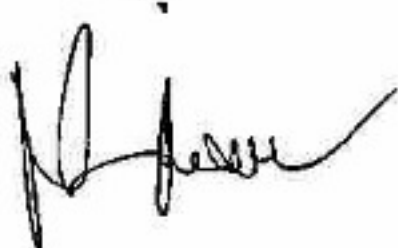

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opta-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda de Plenário Supressiva ao Projeto de Lei 157/11, por estar de acordo com as disposições regimentais e não ferir a constitucionalidade, legalidade, tampouco o disposto na Lei Complementar 95/98.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012

  
Nelson Justus  
Presidente

  
Hermes Brankão Junior  
Relator

  
  
  
  
  
**APROVADO**  
*Marlene 18/09*

Edifício Pres. Tancredo Neves  
Praça Nossa Senhora da Saúde, s/n  
Gab. Dep. Hermes Jr - 3. Andar - sala 302  
Fone: 41 - 33504170  
Curitiba-PR - CEP 80 530-911  
[www.hermesjunior.com.br](http://www.hermesjunior.com.br)



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.

Fls. 028

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 27 FEV 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 037/2012

Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Paschoal Piragine Junior.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Paschoal Piragine Junior.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 2012.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual

15:25 27/02/2012 000521 DP 15510111 (11/03/2012) 100 100 100



**JUSTIFICATIVA**

Paschoal Piragline Junior nasceu em São Paulo, no dia 9 de novembro de 1958, tendo sido graduado em teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo em 1980, assumindo o Ministério na Igreja Batista de Água Branca/SP.

É casado com Cleusa Ferreira Piragline, e, tem um casal de filhos: Michel, Pastor de jovens e adolescentes da PIB, e Kelly, Bacharel em Teologia e casada com o Pastor Leandro Sonda.

Em 1988 chegou em Curitiba para exercer o seu Ministério. Durante essa trajetória, foi líder da Juventude Batista e membro da Junta Administrativa do Colégio Batista Brasileiro quando exerceu a Presidência por um ano e a vice-presidência por mais dois anos. Foi docente da Faculdade Teológica Batista em São Paulo. Em 2004, concluiu doutorado em Ministério na Faculdade Sul-Americana, em Londrina/Pr., e o pós-doutorado na área de Missiologia pelo PRODOLA.

Exerceu vários cargos na denominação batista, dentre eles: Presidente da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil (2003-2004) e Presidente da Convenção Batista Brasileira em 2006.

Em 2011, retornou à Presidência para exercer um novo mandato até 2013.

É docente da Faculdade Teológica Batista do Paraná em disciplinas de teologia prática, palestrante e conferencista reconhecido nacional e internacionalmente.

É autor de diversos livros. Em 2002 foi o compilador do livro *A contextualização da Igreja de Cristo: Igrejas fiéis no mundo de hoje*.

Em 2003, lançou o seu primeiro livro, *Orações que Deus gostaria de ouvir*.

Escreveu sobre os cinco princípios que deveriam ser aplicados à vida cotidiana de oração – “Sonda-me”, “Quebranta-me”, “Transforma-me”, “Enche-me” e “Usa-me”. O



seu segundo livro, *Ansiedade...* Por quê?, foi lançado em 2006 e tem por base o Sermão da Montanha.

O terceiro livro – *Crescimento Integral da Igreja*, lançado em 2007, resulta da tese de doutorado e de sua experiência de liderança na Primeira Igreja Batista - PIB de Curitiba. Por este livro premiado na 18ª edição do Prêmio Areté de Literatura, conferido pela Associação de Editores Cristãos durante a 20ª edição da Bienal Internacional de São Paulo.

Em 2008, lançou o quarto livro, *Batalha Espiritual – Ministrando Libertação no Corpo de Cristo* – um estudo específico sobre essa matéria que é objeto de interesse de todos.

Sua quinta publicação, *Doenças da família moderna*, de 2010, analisa de forma prática e contextualizada as pequenas atitudes que destroem a convivência entre as pessoas que verdadeiramente se amam. Ele mostra como a falta de amor, comunicação e perdão, além do egoísmo, podem desencadear inúmeras doenças não só da alma, mas também para o corpo.

Em setembro, deste ano, o pastor lançará seu sexto livro *As Dimensões do Amor*, baseado em I Coríntios 13. Com a sensibilidade e a credibilidade que lhe são peculiares, o autor mais uma vez conduz o leitor a descobrir que o amor subsiste a toda imperfeição e transcende a percepção.

Paschoal Piragine Jr. Também comanda diariamente o programa *Dia a Dia com Deus* veiculado em diversas emissoras de rádio e televisão. O *Dia a Dia com Deus* foi mais uma criação dedicada às pessoas que têm muitas preocupações, muitas tarefas e acabam por deixar seu tempo com Deus de lado para fazer algo que consideram mais importante no momento. Esse projeto começou com gravações e a divulgação de suas mensagens através de estações de rádio. Hoje tem alcance em todo o Brasil e em algumas cidades de países vizinhos. Além disso, a sua voz ultrapassa as fronteiras do Brasil através da transmissão de cultos pela Internet.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Todos estes trabalhos relatam a sua experiência ao longo desses anos à frente da maior Igreja do Estado do Paraná, a PIB de Curitiba, hoje com cerca de 6.000 membros atuando nos quatro continentes e em todo o território nacional através do trabalho missionário em parceria com as agências missionárias da Convenção Batista Brasileira (CBB).

É presidente da Associação Brasileira de Ação Social (ABASC), entidade responsável pelas atividades humanitárias praticadas pela igreja.

Quem ouve seus sermões ou lê seus livros percebe claramente o reflexo de uma vida realmente consagrada ao serviço do Senhor, comprometida com a busca de um mundo melhor, através da edificação do Corpo de Cristo.

Paschoal Piragine Jr. tem uma vida de participação social, cultural e espiritual no nosso Estado que justifica a proposta de um Título de Cidadão Honorário do Paraná.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 037/2012

Projeto de Lei nº 037/2012

Autora: Deputada Estadual Cantora Mara Lima

**Súmula:** CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR PASCHOAL PIRAGINE JUNIOR.

**EMENTA.** TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná AO SENHOR PASCHOAL PIRAGINE JUNIOR.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

**Art. 1º.** O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



4 (quatro) das seguintes condições:  
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

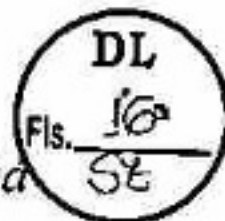
Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.  
(Incluída pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possua legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

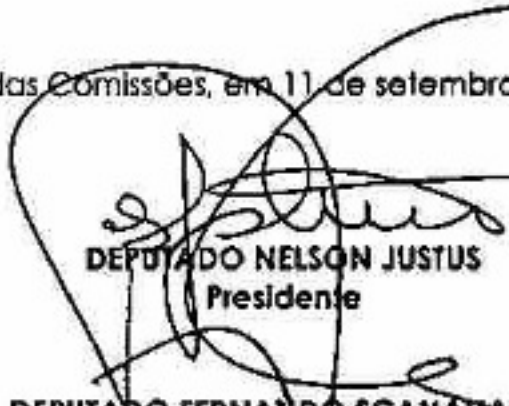


No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

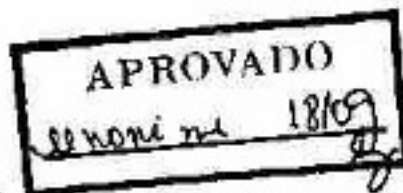
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
Relator





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
PARANÁ**

*Centro Legislativo Presidente Antônio Khury*



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 02 ABR. 2012

**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI Nº 138/12**

**Súmula:** Denomina Colégio Estadual **ALGATE LICKFELD MAUS** – Ensino Fundamental e Médio, o Colégio Estadual do Guarituba, localizado no município de Piraquara.

**Art. 1º** - Fica denominado Colégio Estadual **ALGATE LICKFELD MAUS** – Ensino Fundamental e Médio, o Colégio Estadual do Guarituba, localizado no município de Piraquara.

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2012.

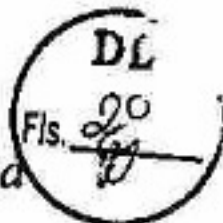
**DEPUTADO AUGUSTINHO ZUCCHI**

**JUSTIFICATIVA**

Justifica-se a presente projeto, com o objetivo de denominar o Colégio Estadual "Algate Lickfeld Maus"-Ensino Fundamental e Médio, atual Colégio Estadual do Guarituba, município de Piraquara, atendendo a solicitação da população, que objetiva homenagear uma das primeiras professoras do município, pessoa muito querida da comunidade, e local que teve também relevante importância na vida da população desta cidade.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 138/12**

Projeto de Lei nº 138/12

Autor: Deputado Augustinho Zucchi

Súmula: Denomina Colégio Estadual ALGATE LICKFELD MAUS - Ensino Fundamental e Médio, o Colégio Estadual do Guarituba, localizado no Município de Piraquara.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE COLÉGIO ESTADUAL POSSIBILIDADE. ART. 65 E 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 33 e 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 55 DA LEI 8761/88. RESPOSTA DA DILIGÊNCIA À SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CONSTATANDO QUE NÃO HÁ IMPEDIMENTO LEGAL PARA A MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL GUARITUBA. CONSTITUCIONAL E LEGAL APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, objetiva denominar Colégio Estadual Algate Lickfeld Maus - Ensino Fundamental e Médio, o Colégio Estadual do Guarituba, em Piraquara.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A:** Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1996 e alterações posteriores.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, sendo vejamos:

**Art. 65.** A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Neste mesmo sentido, dispõe o artigo 124 do REGIMENTO INTERNO DESTA CASA:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia**, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nossa)

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei. É vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Conforme documentos anexados, inclusive Certidão de Óbito (fls. 07), bem como diligência da Secretaria de Estado da Educação, o Colégio Guarituba não possui denominação, não havendo óbice na aprovação do Projeto de Lei em questão.

Por outro lado, conforme Ata nº 07/2012 do Conselho Escolar do Colégio Estadual Guarituba – Ensino Fundamental e Médio, aquele órgão entendeu justa a homenagem, mas ponderou "a importância de constar a palavra 'Professora' antes do nome Algate





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 23

Lockfeld Maus, pois esta era a sua profissão e é assim conhecida no Bairro Guarituba"

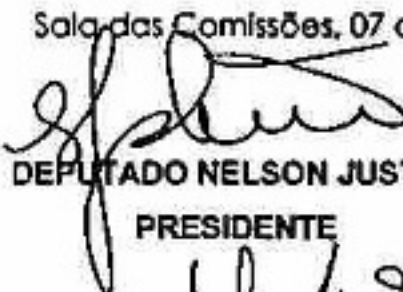
Assim, na forma do art. 137, §4º do Regimento Interno sugere-se a Emenda Modificativa em anexo para respeitar a vontade do Conselho Escolar do Colégio a ser homenageado com a inclusão da profissão da homenageada.

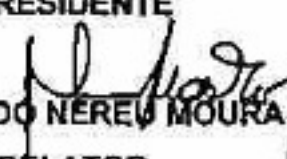
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.


CONCLUSÃO


Diante do exposto, tendo em vista a LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto, bem como o parecer da Secretaria de Estado da Educação, opinamos pela sua APROVAÇÃO, com na forma da EMENDA MODIFICATIVA, para constar o termo "Professora" antes do nome da homenageada.

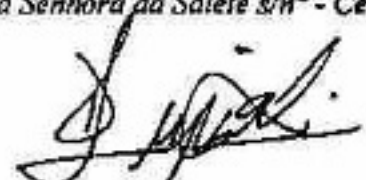
Sala das Comissões, 07 de agosto de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico

  
**APROVADO**

  
Curitiba, 07 de agosto de 2012.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*





**Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 138/2012.**

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, § 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificada a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 138/12, o qual passa a contar com a seguinte redação:

**"Art. 1º. Fica denominado Colégio Estadual Professora Algate Lickfeld Maus – Ensino Fundamental e Médio, o Colégio Estadual do Guarituba, localizado no Município de Piraquara."**

Sala das Comissões, 07 de agosto de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

  
  
**APROVADO**

11/08/2012



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 138/2012**

**Projeto de Lei nº 138/2012**

**Autor: Deputado Augustinho Zucchi**

**Súmula: Denomina Colégio Estadual Algate Lickfeld Maus - ensino fundamental e médio, o colégio estadual do Guarituba, localizado no município de Piraquara.**

### **I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 138/12, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi denomina Colégio Estadual Professora Algate Lickfeld Maus - ensino fundamental e médio o colégio estadual do Guarituba, localizado no município de Piraquara, prestando uma ilustre homenagem a uma das primeiras professoras do município.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 138/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, não existe qualquer impedimento para a presente proposta, uma vez que o presente projeto de lei tem por objetivo prestar uma homenagem a esta que foi uma das primeiras professoras do município, tendo um papel bastante relevante na vida de alunos e professores, construindo com honradez a história de Piraquara.

Cumpre a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

### III - CONCLUSÕES

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento de um Estado e brilhantes idéias para o Paraná. O Projeto de Lei 138/2012 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta homenageia uma ilustre cidadã por um trabalho espetacular que desenvolveu na área da educação. Seu trabalho dignifica essa homenagem, trazendo a importância de se valorizar grandes profissionais pela história e o crescimento do nosso Estado.


Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 138/12, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas/ Transportes e Comunicação.*

*Sala das Comissões em 14 de Agosto de 2012.*

  
**MARCELO RANGEL**

*Presidente da Comissão*

  
**Teruo Kato**

*Relator*



~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI nº 425/12

Súmula: Inclui os dispositivos que especifica na Lei nº 17.142, de 9 de maio de 2012, que estabeleceu a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

Art. 1º Fica incluído o inciso XI no artigo 2º da Lei Estadual nº 17.142, de 9 de maio de 2012, com a redação abaixo, ficando o atual inciso XI renumerado para inciso XII:

"XI – considerar as especificidades do regime próprio nos registros e demonstrações contábeis das sociedades cooperativas, disciplinadas pela legislação de regência dessas sociedades, quanto ao ato cooperativo e não cooperativo;

XII – firmar, quando recomendável, convênios com cooperativas."

Art. 2º Fica incluído o artigo 3º-A na Lei Estadual nº 17.142, de 9 de maio de 2012, com a seguinte redação:

"Art. 3º-A O Sistema Estadual de Ensino incentivará o cooperativismo por meio:

I – da discussão de temas e exemplos de cooperativismo nos assuntos da grade curricular nas escolas da rede estadual de ensino;

II – do exercício de práticas cooperativistas para fins pedagógicos;

III – da criação e desenvolvimento de cooperativas-escola constituídas de alunos de instituições estaduais de ensino agrícolas;





IV - da criação e desenvolvimento de cooperativas escolares constituídas de alunos do ensino fundamental de Instituições estaduais de ensino, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

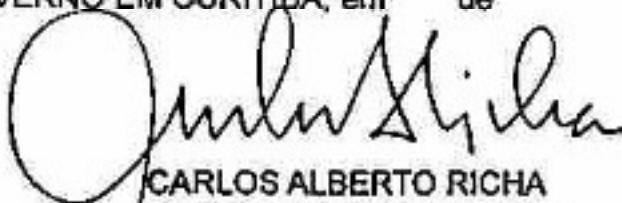
V - da realização nas escolas de eventos em comum com as sociedades cooperativas, para promover o ensino-aprendizagem dos princípios e práticas cooperativistas."

Art. 3º Fica Incluído o artigo 6º-A na Lei Estadual nº 17.142, de 9 de maio de 2012, com a seguinte redação:

"Art. 6º-A O Poder Público estadual poderá realizar convênios ou contratos com cooperativas de crédito, na forma da lei, para o recolhimento de tributos, pagamentos de vencimentos, soldos e outros proventos aos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e pensionistas da Administração direta e indireta, para a concessão de empréstimos para servidores públicos com débito em conta e para outros serviços atinentes às Instituições financeiras de interesse do Estado."

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em de de 2012.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM  
N.º 046 /2012

Curitiba, 17 de agosto de 2012



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 AGO. 2012

*Pranto*  
1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 20 AGO. 2012

*[Signature]*  
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que objetiva incluir inciso XI no artigo 2º e renumerar o atual inciso XI para inciso XII do mesmo artigo da Lei Estadual nº 17.142, de 9 de maio de 2012, que estabeleceu a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, assim como incluir os artigos 3º-A e 6º-A na referida lei.

A razão da inclusão do inciso XI no artigo 2º da mencionada lei é o estabelecimento de um paradigma para que as legislações estaduais observem, em seus textos, a particularidade operacional das sociedades cooperativas (ato cooperativo e ato não cooperativo, conforme já disciplinado na legislação nacional e a seu correspondente registro contábil duplo - coluna de ato cooperativo e coluna de ato não-cooperativo), nos moldes adotados na contabilidade fiscal de tributos federais.

A nova redação proposta não adentra na seara do Direito Civil ou Comercial, pois nada regula neste sentido, apenas constrói comando basilar, votado no sentido de que as leis estaduais obedecerão ao mesmo critério adotado nacionalmente sobre a forma de registro e demonstrações contábeis, modo de não se criar regulamentação disforme com o disposto em lei nacional. Assim, não se trata de competência da União, mas sim, estadual.

O inclusão do artigo 3º-A trata do incentivo ao cooperativismo por meio do uso de exemplos e temas sobre cooperativismo, principalmente no interior do Estado, onde estão localizadas grandes cooperativas, que fazem parte da vida diária da comunidade. Esse incentivo destina-se aos alunos e professores integrantes do sistema de ensino, não alterando ou se imiscuindo na grade curricular.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.512.588-5



Citam-se as cooperativas-escola, constituídas de alunos de instituições de ensino estaduais agrícolas, nos termos da Resolução CNC n° 23 de 09.02.1982 apensa à Lei Federal n° 5.764/71, tema regulado pelo art. 19 dessa lei.

Da mesma forma, as denominadas cooperativas escolares, compostas de alunos do ensino fundamental, nos termos da Resolução CNC n° 11 de 05.03.1974, da mesma legislação de regência das cooperativas. Essas cooperativas constituem-se em um ensalo prático de cooperativismo, criando-se uma simulação de cooperativa na escola para que os alunos vivenciam o cooperativismo.

O proposto artigo 3°-A não invade competência nacional e não cria obrigações ao Estado do Paraná, limitando-se a citar na lei as cooperativas já existentes nos estabelecimentos agrícolas de ensino (Escolas Agrícolas).

A inclusão do artigo 6°-A limita-se a enfatizar e complementar o contido na Lei Estadual n° 15.375/2007, cujo Diploma legal mais conveniente é a Lei de Apoio ao Cooperativismo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO



Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-1-

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 421/2012

Súmula: Inclui os dispositivos que especifica na Lei n. 17.142/2012, que estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

EMENTA: MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO  
- ALTERAÇÃO DA LEI Nº 17.142/2012  
QUE ESTABELECE A POLÍTICA ESTADUAL  
DE APOIO O COOPERATIVISMO -  
LEGITIMIDADE DO PODER EXECUTIVO -  
CONSTITUCIONAL - PARECER FAVORÁVEL.

## RELATÓRIO

Trata-se de projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, o qual tem por finalidade incluir o inciso XI ao artigo 2º, renumerando o atual inciso XI para XII, bem como incluir o art. 3ºA e o art.6ºA, na Lei Estadual n.



Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-2-

17.142/2012, a qual estabelece a política estadual de apoio ao cooperativismo.

Em apertada síntese, o Poder Executivo argumenta que a inclusão do inciso XI ao artigo 2º da mencionada legislação estadual é para se estabelecer um paradigma para que as legislações estaduais observem em seus textos, a particularidade operacional das sociedades cooperativas, nos moldes adotados na contabilidade fiscal de tributos federais.

A inclusão do artigo 3ºA se deve com o intuito de incentivar o cooperativismo por meio do uso de exemplos e temas sobre o cooperativismo, principalmente ao interior ao Estado, onde se localizam as grandes cooperativas. Este incentivo se destinaria aos alunos e professores integrantes do sistema de ensino, não alterando ou se imiscuindo na grade curricular.

O Poder Executivo destaca em suas argumentações que a inclusão do mencionado dispositivo não invade a competência nacional bem como não cria obrigações ao Estado do Paraná.

Por fim, justifica a inclusão do artigo 6ºA ao ponto que este limita-se a enfatizar e complementar o conteúdo na Lei Estadual n. 15.375/07, cujo diploma legal mais conveniente é a Lei de Apoio ao Cooperativismo.

É o relatório, no que interessa.





Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

## FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, convém mencionar o artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno, considerando a competência desta Comissão para verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

*Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:*

*I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

Em relação a legitimidade do proponente, se verifica que nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, o Poder Executivo, por intermédio do Governador, tem legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.<sup>1,2</sup>

Em relação a técnica legislativa, o presente PL se coaduna as regras contidas na Lei Complementar n. 95/98.

<sup>1</sup> Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

<sup>2</sup> No mesmo sentido, com efeito, mencionar o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa Legislativa o qual menciona que: "A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia Legislativa, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão."



Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-4-

O projeto em questão vem tão somente a aprimorar a Lei Estadual n. 17.142/2012, vindo a incentivar o cooperativismo em nosso Estado, inclusive se relevando a importância das Cooperativas para o Paraná.

Cumpre-se, desta forma, mencionar no presente parecer o artigo 174, §2º da Constituição Federal, o qual possibilita a implantação de políticas de apoio ao setor cooperativista, inclusive mencionando que a lei apoiará e estimulará o cooperativismo:

*'Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.*

*[...]*

*§ 2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.'*

No mesmo sentido, a Constituição Estadual determina em seu artigo 148 determina que: *'O Estado apoiará e estimulará o cooperativismo'*

Por derradeiro, o presente projeto não viola a Lei Complementar n. 101/00.

Desta forma se verificam estar presentes os requisitos para a aprovação do presente Projeto de Lei, em sede desta





Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



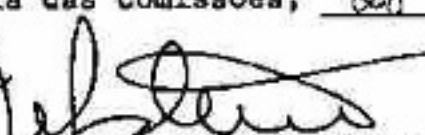
-5-

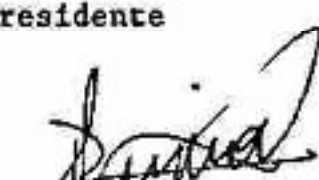
Comissão, quais sejam: (i) a constitucionalidade; (ii) a legalidade; (iii) a legitimidade do proponente; e por fim (iii) a técnica legislativa estar de acordo com a norma, devendo o mesmo ser aprovado pela CCJ.

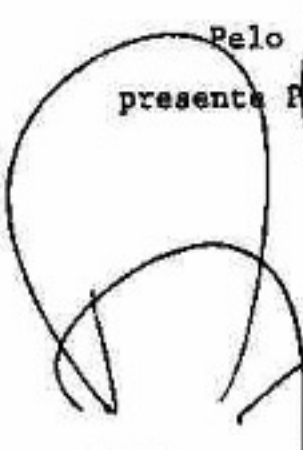



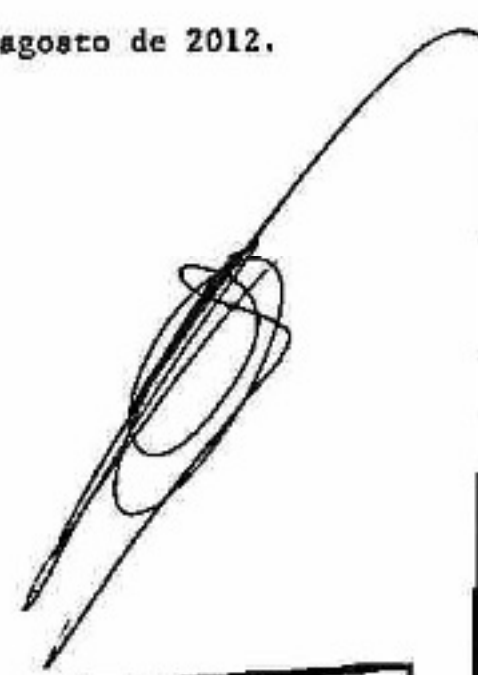
## CONCLUSÃO

Pelo exposto, entendo pela CONSTITUCIONALIDADE do presente Projeto de Lei, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2012.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
  
  
  
  
**PROVADO**  
unanimemente 28/08/12

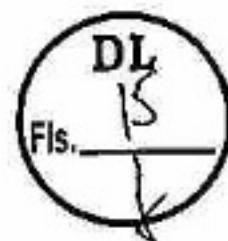


Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-1-

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### PARECER AO PROJETO DE LEI N. 421/2012

Súmula: Inclui os dispositivos que especifica na Lei n. 17.142/2012, que estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI Nº 17.142/2012 QUE ESTABELECE A POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO O COOPERATIVISMO - APROVADO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - ANÁLISE PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CONSTITUCIONALIDADE DA MATERIALIDADE - AVANÇO AO ENSINO PARANAENSE.

## RELATÓRIO

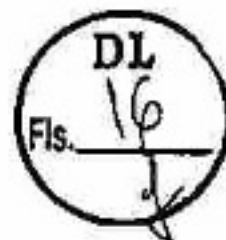
Trata-se de projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, o qual tem por finalidade incluir o inciso XI ao artigo 2º, renumerando o atual inciso XI para XII, bem como incluir o art. 3ºA e o art.6ºA, na Lei Estadual n. 17.142/2012, a qual estabelece a política estadual de apoio ao cooperativismo.



Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-2-

O Em apertada síntese, e em relação ao assunto específico desta Comissão, visa o Poder Executivo a inclusão do artigo 3º-A com o intuito de incentivar o cooperativismo por meio do uso de exemplos e temas sobre o cooperativismo, principalmente ao interior ao Estado, onde se localizam as grandes cooperativas.

Este incentivo se destinaria aos alunos e professores integrantes do sistema de ensino, não alterando ou se imiscuindo na grade curricular.

O Poder Executivo destaca em suas argumentações que a inclusão do mencionado dispositivo não invade a competência nacional bem como não cria obrigações ao Estado do Paraná.

É o relatório, no que interessa.

## FUNDAMENTAÇÃO

Considerando a competência desta Comissão de Educação, devidamente prevista por intermédio do artigo 33-G<sup>1</sup> do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cabe somente analisar o artigo 2º do presente Projeto de Lei, o qual visa introduzir o artigo 3º-A na Lei Estadual n. 17.142, de 9 de maio de 2012, com a seguinte redação:

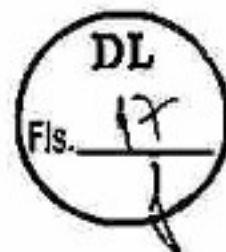
<sup>1</sup> Art. 33-G Compete à Comissão de Educação manifestar-se sobre proposições relativas à educação e instrução pública ou particular.



Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

*'3º-A O sistema Estadual de Ensino incentivará o cooperativismo por meio:*

*I - da discussão de temas e exemplos de cooperativismo nos assuntos da grade curricular nas escolas da rede estadual de ensino;*

*II - do exercício de práticas cooperativistas para fins pedagógicos;*

*III - da criação e desenvolvimento de cooperativas-escola constituídas de alunos de instituições estaduais de ensino agrícola;*

*IV - da criação e desenvolvimento de cooperativas escolares constituídas de alunos do ensino fundamental de instituições estaduais de ensino, nos termos do art. 19 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;*

*V - da realização nas escolas de eventos em comum com as sociedades cooperativas, para promover o ensino-aprendizagem dos princípios e práticas cooperativistas'.*

Em relação à constitucionalidade formal<sup>2</sup> do presente Projeto de Lei a discussão já fora devidamente superada em sede de análise pela Comissão de Constituição e Justiça<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Cf. menciona Pedro LANZA '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 252)

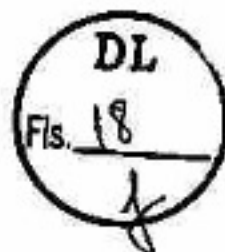
<sup>3</sup> Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, destaca-se o posicionamento de Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua constitucionalidade'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 236)



Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-4-

Desta forma passo a analisar a materialidade, ou seja, o conteúdo substancial, do artigo supra transcrito, sob a ótica da Constituição Federal, Constituição Estadual bem como demais legislações infraconstitucionais e sob o aspecto doutrinário.<sup>4</sup>

O objeto do Projeto de Lei, em relação à educação, visa incentivar o cooperativismo por intermédio de implementação de programas pedagógicos nas Escolas Estaduais, inclusive em instituições estaduais de ensino agrícolas.

Cumpra esclarecer que a inclusão do mencionado dispositivo, na Lei Estadual de Apoio ao Cooperativismo, não invade a competência nacional, não infringindo qualquer dispositivo Constitucional e infraconstitucional.

Ademais, o artigo 174, §2º da Constituição Federal, determina a implantação de políticas de apoio ao setor

<sup>4</sup> Em relação a análise da materialidade da norma, em sede desta Comissão temática, deve-se ter em mente a lição de Pedro LANZA ao se referir acerca de vícios substanciais ou de conteúdo ao mencionar que: 'o vício material diz respeito a 'matéria', ao ato conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afrontar qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material. Não nos interessa saber aqui o procedimento de elaboração da espécie normativa, mas, de fato, o seu conteúdo. Por exemplo, uma lei discriminatória que afronta o princípio da igualdade.' (LANZA, Pedro. Op cit. p. 234)





Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-5-

cooperativista, inclusive mencionando que a lei apoiará e estimulará o cooperativismo:

*'Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.*

*[...]*

*§ 2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.'*

No mesmo sentido, a Constituição Estadual determina em seu artigo 148 determina que: *'O Estado apoiará e estimulará o cooperativismo'.*

Desta forma a própria Carta Magna e a Constituição do Estado do Paraná preveem que o Estado enquanto administrador deverá estimular e apoiar o cooperativismo por intermédio de Lei.

A inserção de programas curriculares, na grade pedagógica de instituições de ensino estadual, cumpre a sua finalidade<sup>5</sup> por dedução lógica na exposição dos motivos para a edição da norma.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Cf. Marçal JUSTEN FILHO: *'A finalidade é o resultado ou o interesse que se busca satisfazer por meio do ato'* .(JUSTEN FILHO, Marçal. CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 7ª Ed. Rev. e Atual. Editora Fórum: Belo Horizonte, 2011. p. 353)

<sup>6</sup> Em relação a motivação da norma, e a dedução lógica para a sua finalidade V. JUSTEN FILHO, Marçal. Op. Cit. p. 399/402.

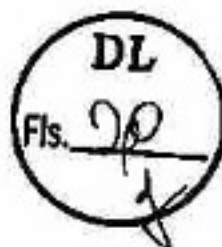




Estado do Paraná

# PODER LEGISLATIVO

*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-6-

Por fim, o objeto do artigo em análise não vem apenas em encontro aos interesses do Estado, uma vez que as cooperativas existentes em nosso território trazem benefícios financeiros, mas também vêm de encontro aos interesses dos inúmeros jovens estudantes paranaenses que habitam as áreas rurais, considerando que ao incentivá-los e instruí-los acerca do cooperativismo estão incentivando a se adaptar com o futuro de nosso Estado.

## CONCLUSÃO

Pelo exposto, entendo que o presente Projeto de Lei, se coaduna materialmente com a legislação pátria, opinando-se desta forma pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2012.

Deputado EVANDRO JÚNIOR  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Agricultura*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 421/2012**

**Projeto de Lei nº. 421/2012**

**Autoria: Poder Executivo – Mensagem 46/2012**

**Súmula: Inclui os dispositivos que especifica na Lei nº 17.142, de 9 de maio de 2012, que estabeleceu a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo alterar a Lei Estadual 17.142/2012, que estabeleceu a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, como forma de apoiar, estimular e incentivar o desenvolvimento da cultura cooperativista.

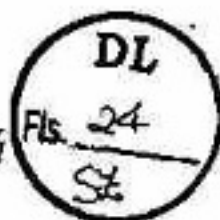
Pretende incluir dentre as finalidades de tal Política o objetivo de considerar as especificidades do regime próprio nos registros e demonstrações contábeis das sociedades cooperativas, além de estabelecer um incentivo à abordagem do tema cooperativismo no Sistema Estadual de Ensino e, por fim, autorizar o Poder Público a celebrar convênios com cooperativas de crédito, para que efetuem o recolhimento de tributos, pagamento de vencimentos, soldos e outros proventos, além da concessão de empréstimos para servidores e outros serviços afins.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 28/08/2012, tendo como relator o Deputado Pedro Lupion e foi também aprovada na Comissão de Educação, com parecer do mesmo Relator, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-E do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente Projeto nesta Casa, uma vez que realiza apenas pequenas alterações na Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, como forma de facilitar sua implantação em nosso Estado, além de assegurar que sejam observadas as particularidades operacionais das sociedades cooperativas no que diz respeito a sua



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Agricultura**




contabilidade fiscal, que deverá seguir os moldes adotados nos tributos federais.

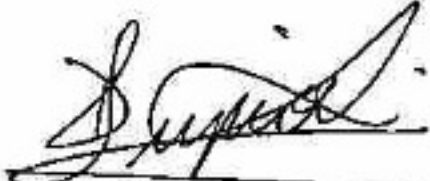
Cabe ressaltar que a inclusão do artigo 6º-A no Projeto em tela nem seria necessária, uma vez que a Lei Estadual nº 15.375, de 15 de janeiro de 2007 já trata do mesmo assunto, autorizando o Poder Executivo a celebrar convênios com as cooperativas de crédito, visando facilitar o recolhimento de tributos, pagamentos de proventos e concessão de empréstimos aos servidores públicos. De qualquer forma, no âmbito de análise desta Comissão, não há qualquer oposição à inclusão de tal artigo, uma vez que não contraria a Lei supracitada, buscando apenas trazer o mesmo entendimento ao texto da Lei de Apoio ao Cooperativismo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade da tramitação do Projeto de Lei nº 421/12, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2012.

  
**HERMAS BRANDÃO JR**  
Presidente

  
**ANIBELLI NETO**  
Relator

  
*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

**PROJETO DE LEI N.º**

463/12

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica a Associação Mantenedora do Ensino Alternativo – AMENA mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

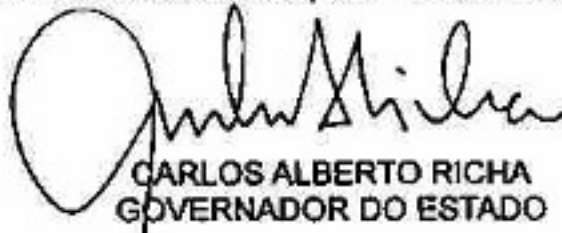
**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso a Associação Mantenedora do Ensino Alternativo – AMENA, mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa, do imóvel constituído pelo Lote de terreno sob nº 73, da Planta Francisco de Lara, de forma irregular, com área total de 787,00 m², contendo edificações em alvenaria que somam 304,96 m², conforme descrito na Matrícula nº 6.943 do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pela Associação Mantenedora do Ensino Alternativo – AMENA mantenedora da Escola de Educação Especial alternativa, retomando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** A presente cessão terá vigência de 04 (quatro) anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 06 de setembro de 2012.**

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
**GOVERNADOR DO ESTADO**



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 SET. 2012

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**MENSAGEM**

Nº 055 /2012

Curitiba, 06 de setembro de 2012

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em 10/09/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA, mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa, do imóvel constituído pelo Lote de terreno sob nº 73, da Planta Francisco de Lara, de forma irregular, com área total de 787,00 m², contendo edificações em alvenaria que somam 304,98 m², conforme descrito na Matrícula nº 6.943 do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

A Escola de Educação Especial Alternativa, mantida pela Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, declarada de utilidade pública estadual através da Lei nº 9.138/1989, presta atendimento técnico especializado a pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento que, segundo o MEC, são definidas como aquelas que apresentam alterações das interações sociais e recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares.

Ao contrário dos atendimentos ofertados na comunidade às pessoas com deficiência intelectual, que hoje somam um bom nível quantitativo de oferta, os atendimentos técnicos/pedagógicos a pessoas com psicopatologias ainda são em Curitiba, assim como no resto do País, ofertados em número aquém da demanda do alunado existente. Essa escassez de oferta de atendimento na área de psicopatologia na comunidade curitibana ressalta a importância dos órgãos públicos incentivarem e apoiarem iniciativas de entidades que, como a Escola de Educação

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot.11.206.239-4

Especial Alternativa, se especializem em ofertar atendimento de um nível de qualidade e com uma estrutura capaz de absorver o maior número possível de pessoas com essas necessidades educacionais diferenciadas, retirando-as da condição de isolamento, promovendo uma melhor qualidade de vida, possibilitando atuarem como cidadãos que são.

Para tanto aquela Associação necessita de sede própria e, por esses motivos, encaminho o presente Anteprojeto de Lei objetivando obter autorização para que o Poder Executivo possa ceder o referido imóvel àquela Associação, para que a entidade continue desenvolvendo um bom trabalho em prol daquelas pessoas.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO





PARECER AO PROJETO DE LEI 463/12

Projeto de Lei nº 463/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 055/2012

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica a Associação Mantenedora do Ensino Alternativo – AMENA, mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa.

**EMENTA:** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A CESSÃO DE USO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA A ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DO ENSINO ALTERNATIVO-AMENA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

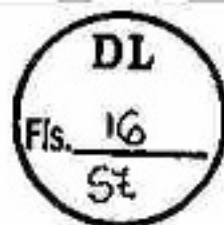
O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 055/2012, visa autorizar o próprio Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel constituído pelo lote de terreno sob nº 73, da Planta Francisco de Lara, de forma irregular, com área total de 787,00m², contendo edificações em alvenaria que somam 304,96m², conforme descrito na matrícula nº 8.943 do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba para a Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:  
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)  
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

DL  
F/s. 17  
57

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

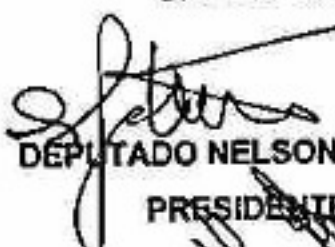
O Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o fato da entidade tratar-se de assistência sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR

  
**APROVADO**  
unânime 18/09



*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 463 /2012**

Projeto de Lei nº 463 /2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 055/12

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica à Associação Mantenedora do Ensino Alternativo – AMENA mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa.

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 463/12, de autoria do Poder Executivo tem por escopo autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica a Associação Mantenedora do Ensino Alternativo – AMENA mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 463/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão do imóvel especificado à Associação Mantenedora de Ensino Alternativo – AMENA. A associação presta atendimento técnico especializado às pessoas com transtorno global do desenvolvimento, que segundo o MEC, são definidas como aquelas que apresentam alterações das interações sociais e recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares.

Cumprе a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Esta proposta, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, evidenciando de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para que este projeto possa seguir sua tramitação.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II, da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população, é um trabalho pelo bem comum que após análise realizada, passa a ter apoio dos membros desta comissão.


### IV - VOTO DO RELATOR

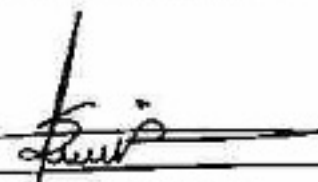
Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão. A população estará apenas ganhando com este projeto, permitindo que a Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA, mantenedora da Escola de Educação Especial Alternativa, possa dar continuidade ao seu trabalho assistencial em um espaço específico para seu desempenho, restando evidências de que referida proposta trará somente benefícios indiscutíveis a todos.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 463/2012, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 18 de Setembro de 2012.**

  
**Francisco Bührer**  
Presidente da Comissão

  
**Adelino Ribeiro**  
Relator